



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 128ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG
Data: 12 de agosto de 2016 às 09h00min

Aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 128ª (centésima vigésima oitava) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. Gilberto Carlos de Freitas, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Daniel Rennó Tenenwurcel, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. (senhora) Carla Vieira Alvarenga, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Major André Márcio Alves Rodrigues, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sra. Ivone Maria Carvalho Rocha, 2º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, Titular da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Márcio Adriano Bocchio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresárias do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, 2º Suplente da ONG Associação para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro (ANGÁ); Sr. Felipe Moraes Russo, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ) e Sra. Glaucimar Soares da Silva Vieira, Titular do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). RICARDO (PRESIDENTE): Vamos dar início então à nossa reunião. Pauta da 128ª (centésima vigésima oitava) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), realizada no dia 12 de agosto de 2016, às 09 horas, na sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia-MG. Eu vou convidar a todos inicialmente



para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Germano Luiz Gomes Vieira.** Passamos ao item **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos gerais.** A palavra está aberta. THIAGO (FIEMG): Bom dia Presidente, senhores Conselheiros. Bom dia a todos. Gostaria de informar que no dia 17, na semana que vem, a FIEMG vai realizar novamente o Workshop de Simbiose Industrial e gostaria de convidar a todos, e pedir para que nos ajudem na divulgação. Eu vou encaminhar para a SUPRAM um modelo de convite, se for possível a gente solicita que encaminhem também aos parceiros. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Mais alguém para fazer uso da palavra. Apenas para lembrar pessoal, que no dia 23 de julho de 2016 foi aberto o Edital de Convocação da SEMAD COPAM nº 01/2016, que estabelece o Processo Eletivo de Membros da Sociedade Civil, com as regras de recomposição para o mandato de Conselheiros com representação no plenário nas Câmaras Técnicas Especializadas e nas Unidades Regionais Colegiadas do Conselho Estadual de Política Ambiental, para o biênio 2016/2016. Essas inscrições estarão abertas do dia 04/08 a 05/10. Vamos ao item **4. Exame da Ata da 127ª RO de 27/04/2016.** Aos que concordam com a aprovação da Ata permaneçam como estão. SIDNEY (SEDRU): Abstenção. CARLOS VALERA (PGJ): Abstenção, porque eu não consegui localizar esse arquivo. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Abstenção, por ausência na última reunião. RICARDO (PRESIDENTE): Com as abstenções registradas, Ata aprovada. Então, aprovada a Ata da 127ª RO, ocorrida no dia 27/04/2016. Item **5. Processo Administrativo para exame de Adendo à Revalidação da Licença de Operação:** 5.1 Vale Fertilizantes S.A. - Exploração e beneficiamento de minério de fosfato, mineroduto e unidade de ultrafinos e barragem de contenção de rejeitos/resíduos - Tapira/MG - PA/Nº 0001/1988/013/2007 DNPM 930.785/1988 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. **RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Antônio Geraldo de Oliveira representante da ONG ANGÁ e Frei Rodrigo de Castro Amedee Peret representante da AMEDI. RETORNANDO também de VISTAS pelo Thiago, da FIEMG.** FELIPE RUSSO (CEFET): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item **6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 6.1 Raízen Combustíveis S.A. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 34/1992/009/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Item **7. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva:** 7.1 Macedo & Souza Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis - Centralina/MG - PA/Nº 13802/2015/001/2016 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. Item **8. Processos Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva:** 8.1 Aremor Mazutti e Outros - Fazenda Tapera - Mat. 13081; 10929; 9816; 7767; 5227; 14653; 5170; 14763; 5170; 14763; 1640; 4494; 1690; 14652 - Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e especiarias) - Santa Juliana/MG - PA/Nº 05151/2004/001/2008 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 8.2 José Antônio da Silveira - Fazenda Esplanada - Mat. 85.585; 97.309; 97.310; 97.311 e 97.312 - Suinocultura (unidade de produção de leitões) - Uberlândia/MG - PA/Nº 09299/2004/001/2011 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item a gente já tem o pedido de destaque da SUPRAM. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. GLAUCIMAR (CODEMA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Item 8.3 Lima e Pergher Indústria e Comércio S.A. - Fabricação de produtos domissanitários, exclusive sabões e detergentes - Uberlândia/MG - PA/Nº 00624/2003/006/2015 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP.



99 Nesse item também tem o destaque da SUPRAM. CARLOS VALERA (PGJ): Também
100 destaque. MAJOR ANDRÉ MÁRCIO (POLÍCIA AMBIENTAL): Destaque. RICARDO
101 (PRESIDENTE): Item 9. **Processo Administrativo para exame de Revalidação da Licença**
102 **de Operação:** 9.1 Mildo Alves Administração, Comércio e Transportes Ltda. - Postos
103 revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes
104 de combustíveis - Uberlândia/MG - PA/Nº 04809/2005/005/2016 - Classe 5. Apresentação:
105 Supram TMAP. Destaque também aqui da SUPRAM. O único item que não tivemos destaque
106 foi o Item 6.1. Vamos colocar em votação então o Parecer da SUPRAM para o Item 6.1. Aos
107 que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado.
108 Voltamos então à discussão do Item 5.1 - Vale Fertilizantes S/A, eu vou abrir a palavra para
109 Antônio Geraldo, está retornando de vistas. **Áudio não identificado – fora do microfone.**
110 RICARDO (PRESIDENTE): Tem um destaque do Felipe, da CEFET. Pode fazer uso da
111 palavra. FELIPE RUSSO (CEFET): Bom dia a todos. Eu pedi destaque porque esse é um
112 tema muito delicado. Eu já tinha mostrado a minha indignação na última reunião quando foi
113 pedido vista desse processo. A justificativa é simples. Nós vivemos recentemente o problema
114 de Mariana, que foi um problema que vai nos marcar para uma eternidade, não vai sair da
115 nossa mente tão cedo. E a partir do momento que uma empresa vem pedindo um processo de
116 licenciamento para nós, tendo em vista a segurança do maciço, eu acho que a gente tinha que
117 tratar de uma forma um pouco mais diferenciada, porque as consequências e a severidade de
118 um movimento de ruptura de barragem podem ser incalculáveis. Eu até coloquei aqui no dia,
119 dando como sugestão que tais processos que envolvam segurança de barramento deveriam ser
120 avaliados pelos técnicos da SUPRAM, pela Promotoria Pública e junto com algum técnico
121 responsável e capacitado para avaliar o documento, porque o prazo que a gente coloca numa
122 situação dessa pode ser fatal e tendo em vista o que aconteceu, em decorrência dos fatores de
123 greve e por demais, que atrasaram essa reunião em mais 04 (quatro) meses, isso poderia ter
124 sido fatal para o barramento. Por sorte, o que está acontecendo aqui vai ter maior severidade
125 quando vier o período de chuva e ainda existe um prazo factível para que a Vale consiga
126 colocar essa ação em ordem e evitar danos maiores. Eu li o Laudo apresentado pelo Frei
127 Rodrigo e pelo Antônio, eu concordo com as coisas que eles colocaram. Realmente a Vale
128 pecou em alguns fatos, mas a partir do momento que a gente concorda com o indeferimento
129 do que está sendo colocado, a gente tem que entender que a gente não está penalizando a
130 Vale, nós estamos penalizando a segurança de quem está à jusante de um barramento, seja de
131 vida e do meio ambiente. Então, eu sou desfavorável, completamente desfavorável ao Parecer,
132 não pelo conteúdo, porque em partes eles têm razão, aconteceram algumas coisas, mas o que
133 está acontecendo lá tem que ser cobrado da Vale de outra forma; da forma que está sendo,
134 com multa, com TAC e não penalizando a segurança da barragem e a segurança de quem está
135 à jusante da Barragem, em decorrência do Parecer. Então, por isso que eu queria deixar claro
136 a todos aqui que, a partir do momento que a gente aprova um Parecer desse, pelo
137 Indeferimento, nós estamos penalizando o Meio Ambiente e a segurança de quem está à
138 jusante. Falo isso com propriedade de técnico especialista na área, já tem 15 anos que eu
139 trabalho em segurança de barragem e operação com barragem. A severidade e a consequência
140 da não execução dessa obra, ela potencializa o potencial de liquefação do maciço e a
141 probabilidade de ruptura por *piping* é muito grande e eu acho que seria uma
142 irresponsabilidade os membros dessa mesa aqui não aprovarem a execução dessa obra. É só
143 isso que eu tenho a dizer. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado ao Felipe,
144 da CEFET. Eu vou abrir palavra ao Antônio Geraldo, pelo retorno de vista. CARLOS
145 VALERA (PGJ): Sr. Presidente, pela ordem. Como o Ministério Público foi citado eu gostaria
146 de fazer alguns esclarecimentos. Primeiro Prof. Felipe, nós já temos tramitando no âmbito do
147 Ministério Público, um inquérito civil, especificamente sobre a questão da segurança e a



148 empresa tem cumprido todos os regramentos e apresentado ao Ministério Público todas as
149 informações solicitadas. Já aportou no inquérito o Laudo de Estabilidade entregue para o
150 DNPM, agora em Setembro aporta aquela Auditoria Extraordinária que foi prevista pelo
151 Decreto e isso vai ser submetido aos nossos técnicos para saber se os dados são consistentes
152 ou não. Para ficar claro para todos, o Ministério Público está extremamente atento a essa
153 questão. Semana passada ou semana retrasada, não é Dr. Franco, estivemos pessoalmente em
154 Tapira, ficamos dois dias lá, fizemos uma visita de campo, no barramento, nas atividades da
155 empresa e na Comunidade que está à jusante do empreendimento. Então, só para deixar isso
156 registrado, que tanto a SUPRAM como nós do Ministério Público estamos muito atentos a
157 estas questões. FELIPE (CEFET): Eu agradeço o parecer seu, Dr. Carlos. Eu acho de suma
158 importância essa parceria de vocês para conosco. Isso aí é válido, vocês tem um poder de ação
159 primordial e a gente precisa de um Ministério Público efetivo, como vocês estão trabalhando.
160 Eu só tenho a agradecer e acho que esse é o caminho para poder sanar as coisas, mas a gente
161 tem que ter muito cuidado e critério em se tratando desse assunto. Então, meus parabéns pelas
162 iniciativas. ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Bom, eu acho que todo mundo recebeu o nosso
163 Parecer. Na verdade, o meu Parecer mesmo eu não consegue anexar ele e a gente fez conjunto
164 com a AMEDI, com o Frei Rodrigo e que hoje ele não poderia vir, ele está no Fórum Social
165 Mundial, no Canadá. Ele não pôde estar presente. Bom, o nosso indeferimento é em função, a
166 gente é representante da Sociedade Civil, e a gente provocou a reunião em Tapira justamente
167 para a gente ter conhecimento do que acontece naquela cidade. É um prejuízo muito grande
168 para o Município, o Prefeito foi muito claro com a gente lá. As Comunidades vizinhas estão
169 sofrendo com a falta de água, sendo abastecido com caminhão pipa. Nós não estamos no
170 Nordeste. Então, diante desses adendos, nós não concordamos com esses adendos que são
171 feitos. Nós fomos claros aqui que esses adendos vem fatiando esses licenciamentos e até
172 quando vai ficar esses adendos? Então, a Sociedade Civil não pode concordar com isso, a
173 gente tem que avaliar um todo e por isso a gente está aí pedindo indeferimento e mais, eu até
174 pedi ao José, eu gostaria que ele até se manifestasse, porque eu vi um marejo de água bem do
175 lado da rodovia, no é da barragem. Se isso ali não pode trazer risco de verdade para aquela
176 barragem? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Antônio Geraldo, quanto à visita foi por Recursos
177 Hídricos, ficou bem claro pelo Dr. Carlos Valera, pelo Dr. Felipe, quem é responsável pela
178 Lei 12.310/2010 do Código Minerário, é o DNPM, pela segurança e estabilidade de barragem.
179 A questão que eu até falei com o senhor Conselheiro, no dia que o Engenheiro Civil
180 Sanitarista, Dr. Paulo Abrão, que é engenheiro civil geotecnista, ele disse o que? Que lá não
181 há comprometimento da Barragem, que antigamente já havia marejamento ali e eles vão
182 tomar providência de fazer um dreno para não parecer que está havendo uma instabilidade da
183 barragem, porque esse ano ainda foi feito vistoria pelo DNPM em fevereiro de 2016, pelos
184 técnicos; pela FEAM, em maio de 2016; pela SUPRAM em maio de 2016 e não constatamos
185 nenhuma questão de risco e erosão que viesse a causa instabilidade. No Parecer da FEAM,
186 que é o órgão responsável pela instabilidade de barragens, certo? No Laudo está constado
187 claramente que não havia trincas, erosões e sinais de instabilidade constatados nas vistorias.
188 ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Bom, então, o Estado ele concorda da forma que está? O
189 órgão licenciador, a SUPRAM, concorda que aquilo lá está certinho. JOSÉ ROBERTO
190 VENTURE (SUPRAM): O Auditor Independente emite um laudo geotécnico que é avaliado
191 pelos analistas da FEAM, certo? E ele garante a estabilidade da barragem. Quanto a isso de
192 Estado garantir, quem garante é o DNPM, a FEAM é o Estado. Quem garante é o DNPM.
193 ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Bom, eu acho que era só isso aí. Com relação de ser
194 reunião de Recursos Hídricos, era uma avaliação que a gente tinha que fazer como um todo e
195 nós, como representantes da Sociedade Civil, com aquela Associação passando por
196 dificuldades para questão hídrica e morte de nascentes, a gente não concorda com esses



197 fatiamentos e mais ainda, o Município está insatisfeito com relação a isso. Então, toda uma
198 sociedade sofrendo com aquilo ali, eu acho que era só isso. RICARDO (PRESIDENTE):
199 Obrigado, Antônio Geraldo. Passo a palavra para o Thiago, da FIEMG. Pois não, Thiago.
200 THIAGO (FIEMG): Bom dia novamente. A correção do José Roberto é pertinente, quem
201 provocou a reunião não foi o Antônio Geraldo, foi a CBPH, a Bacia do Rio Araguari em
202 parceria com o Ministério Público e a SUPRAM. Diante da fala do nosso nobre colega,
203 representando aqui a Procuradoria de Justiça, Dr. Carlos Valera, e também essa fala técnica,
204 bem pontuada, do nosso colega da CEFET, eu venho apenas falar para vocês e reconfirmar
205 aqui o meu Parecer. O que foi solicitado aqui foi um adendo, não existe aqui, no meu
206 entendimento, nenhum tipo de manobra, e sim um tipo de adequação para que a atividade
207 tenha uma melhor técnica e por isso eu vou acompanhar o Parecer da SUPRAM. Gostaria
208 aqui de destacar o que foi falado ao contrário, eu não tive retorno de que o Município está
209 contrário ao empreendimento. Existe o posicionamento do Prefeito, por interesses inclusive
210 não técnicos, que não cabe agora aqui a gente explicar sobre isso aqui. RICARDO
211 (PRESIDENTE): Obrigado, Thiago. Mais alguém quer fazer uso da palavra? Então, vamos
212 colocar em votação o Parecer da SUPRAM para o Item 5.1 – Vale Fertilizantes S.A. Os que
213 concordam permaneçam como estão, os contrários se manifestem ou se abstenham.
214 ANTÔNIO GERALDO (ANGÁ): Contra. CARLOS VALERA (PGJ): Registrar abstenção e
215 esclarecer o motivo da abstenção. Como eu disse, existe um inquérito civil no qual eu trabalho
216 em parceria com outros colegas. Então, para manter a isenção do Ministério Público eu vou
217 me abster. RICARDO (PRESIDENTE): Abstenção do IBAMA. MOISÉS (FETAEMG):
218 Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Com as abstenções registradas do IBAMA, PGJ,
219 FETAEMG, com o registro do voto contrário do Antônio Geraldo da ONG ANGÁ, está
220 Deferido e Aprovado o Parecer da SUPRAM para o item 5.1. O Item 7.1 é o nosso próximo
221 item da pauta, Macedo & Souza Ltda, nós temos um destaque aqui nesse item da PGJ.
222 CARLOS VALERA (PGJ): Primeiro é só um esclarecimento que eu queria que o Rodrigo
223 fizesse com relação à Portaria do IBAMA 8596. RODRIGO (SUPRAM): No caso, o
224 empreendimento Macedo & Souza tem um empreendimento a parte de transporte de
225 combustível para sua rede e já está licenciado e já tem o monitoramento nele solicitado.
226 CARLOS VALERA (PGJ): Muito obrigado, Rodrigo. Verificando aqui que trata de
227 empreendimento Classe 5, gostaria de propor a Condicionante do SNUC, com a redação
228 padrão da SUPRAM TMAP. RICARDO (PRESIDENTE): A redação do SNUC proposta pela
229 PGJ é: *Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual*
230 *de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença,*
231 *processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF*
232 *número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)*". Então,
233 vou colocar inicialmente em votação o Parecer da SUPRAM, posteriormente a Condicionante
234 sugerida pelo Dr. Carlos. Os que concordam com o Parecer da SUPRAM para o item 7.1
235 permaneçam como estão. Item aprovado. Colocando agora em discussão para o Conselho a
236 inclusão da Condicionante proposta pela Procuradoria Geral da Justiça. Os que concordam
237 com a inclusão da Condicionante permaneçam como estão. THIAGO (FIEMG): Voto contra,
238 por não encontrar no Parecer o EIA/RIMA. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS):
239 Acompanho o voto do colega Thiago da FIEMG e em consonância com os processos
240 anteriores também. DORA DRUMMOND (CBPH PN3): Acompanho o voto do Dr. Thiago,
241 pelos motivos já apresentados. ELAINE (FAEMG): Pela ausência do EIA/RIMA e
242 consequente falta de enquadramento da Norma. GILBERTO (SEAPA): Também acompanho
243 o voto do Dr. Thiago. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, com as manifestações feitas
244 contrárias à inclusão, a gente chega à conclusão de que foi aprovada a inclusão da
245 Condicionante do SNUC no item 7.1. Aprovada então no item 7.1 a inclusão da



246 Condicionante do SNUC. Item 8.1 – Aremor Mazutti e Outros, destaque também nesse item
247 da PGJ. CARLOS VALERA (PGJ): Sr. Presidente, é a mesma posição, inclusão da
248 Condicionante da Lei do SNUC com a redação padrão da SUPRAM TMAP. RICARDO
249 (PRESIDENTE): Vamos trabalhar da mesma forma. Vamos colocar em votação inicialmente
250 o Parecer da SUPRAM para o Item 8.1 – Aremor Mazutti e outros. Os que concordam com o
251 Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Colocando em votação agora
252 a inclusão da Condicionante do SNUC. Eu vou me abster aqui de fazer a leitura novamente,
253 eu acho que não tem necessidade. Os que concordam com a inclusão da Condicionante
254 permaneçam como estão, os contrários se manifestem ou se abstenham. THIAGO (FIEMG):
255 Contrário, pelas razões já explanadas. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Também
256 pelas mesmas razões. DORA DRUMMOND (CBPH PN3): Pelas mesmas razões já
257 apresentadas, voto contra. ELAINE (FAEMG): Voto contra pela ausência de EIA/RIMA.
258 GILBERTO (SEAPA): Voto contra pelas mesmas razões já apresentadas anteriormente.
259 RICARDO (PRESIDENTE): Com as manifestações feitas contrárias à inclusão, a posição é
260 de Deferimento para a inclusão de Condicionante do SNUC também para o item 8.1. Item 8.2
261 – José Antônio da Silveira, nesse item nós temos um destaque da SUPRAM. CARLOS
262 (SUPRAM): Na página 22 o Anexo IV saiu com o cabeçalho errado. Ele está como o
263 Programa de Auto Monitoramento e na verdade é Relatório Fotográfico. Só isso. RICARDO
264 (PRESIDENTE): Obrigado, Carlos. Destaque nesse item também da PGJ. CARLOS
265 VALERA (PGJ): Sr. Presidente, mesma situação. Empreendimento Classe 5, propositura da
266 Condicionante da Lei do SNUC. RICARDO (PRESIDENTE): Destaque no item também do
267 CODEMA. GLAUCIMAR (CODEMA): Eu pedi alguns esclarecimentos para o Carlos, o
268 técnico que fez a vistoria e emitiu o Parecer. Ele me esclareceu e como eu observei que são
269 várias fossas sépticas, no total de 09, que fazem o pré-tratamento lá das casas, dos moradores
270 e depois isso vai para um sumidouro. Então, acredito que o Carlos deve pedir monitoramento,
271 análise de uma a uma, porque elas não são interligadas. Então, a sugestão que seria mais
272 interessante elas serem interligadas. Se fizer uma só análise, que o tratamento seria único. O
273 que você me fala, Carlos? CARLOS (SUPRAM): Na verdade aí vai depender do
274 empreendedor, a gente colocou o monitoramento das 09 fossas, acredito que tem um custo um
275 pouco elevado para ele. Se ele, por interesse dele, quiser apresentar um projeto de interligação
276 para que isso seja feito um ponto só, aí fica à vontade do empreendedor. Mas, com relação às
277 fossas, todas vão ser monitoradas, como está no Parecer, no Programa de Auto
278 Monitoramento. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Conselheira Glaucimar, quanto à questão de
279 fazer uma fossa aí é uma questão, eu vejo de maneira diferente. Igual Araguari, a empresa é
280 de Araguari. Então, cada residência tem a sua fossa, o risco de haver uma percolação é menor.
281 Então, se tiver um conjunto de fossa, uma fossa só enorme com 01 sumidouro, a chance de
282 haver percolação é maior. As empresas normalmente fazem por setor, indústria. Agora, no
283 caso de fazenda, ele optou em fazer por cada residência, mas poderia fazer da maneira que a
284 senhora pediu, se fossem 03 residências. A norma fala que no máximo 100 pessoas. A NBR
285 7229, no máximo 100 pessoas para fazer uma fossa, senão ela poderá causar uma lixiviação
286 do sumidouro. GLAUCIMAR (CODEMA): Então, o senhor entende que deixaria como está?
287 Porque eu pensei em fazer talvez outro tipo de tratamento, mas talvez ficaria mais caro ele
288 implantar outra coisa, não é? Então ficaria uma fossa mesmo para cada e uma análise
289 separadamente para cada uma, que é então talvez melhor. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM):
290 Concordo. Como já está pronto, então, ambientalmente de fazer outras fossas, seria mais
291 agressivo. Já está pronto, obedece a uma NBR, a 7229; apesar dela não ser uma Lei a
292 Engenharia Civil segue essa NBR 7229. Então, como segue já a legislação não ter por quê
293 pedir para ele fazer. Se fosse uma fossa negra sim, aí sim concordo com a Conselheira.
294 GLAUCIMAR (CODEMA): Ok. Obrigada pelos esclarecimentos. RICARDO



(PRESIDENTE): Bom, com os esclarecimentos feitos pelo José Roberto; a correção feita pela SUPRAM, vamos colocar em votação o item 8.2 – José Antônio da Silveira, inicialmente da mesma forma, vamos continuar trabalhando inicialmente o Parecer da SUPRAM e posteriormente a gente vota o pedido da PGJ da inclusão da Condicionante do SNUC. Então, os concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos colocar em votação agora a inclusão da Condicionante do SNUC, aos que concordam permaneçam como estão, contrários se manifestem. ELAINE (FAEMG): Voto contra, pela ausência de enquadramento, conforme falamos aqui. THIAGO (FIEMG): Acompanho o voto da Conselheira, por não identificar EIA/RIMA. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Voto contra, pelos mesmos argumentos do voto anterior. DORA DRUMMOND (CBPH PN3): Voto contra pelos mesmos motivos apresentados. GILBERTO (SEAPA): Contra também, pelos motivos já apresentados. RICARDO (PRESIDENTE): Da mesma, com as manifestações contrárias à inclusão, a maioria vota pela aprovação e inclusão da Condicionante do SNUC. Então, para o item 8.2 Parecer aprovado com a inclusão da Condicionante do SNUC. Item 8.3 - Lima e Pergher Indústria e Comércio S.A., nesse item nós temos um destaque da SUPRAM. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Já em conversa com Dr. Carlos, Promotor, a questão do monitoramento dos veículos movidos à diesel. A gente entrou em contato com a empresa, metade é da empresa e metade é terceirizada. Então, nós optamos por incluir a Condicionante do Auto Monitoramento, no auto monitoramento de emissões atmosféricas o item seria o seguinte: *“Promover anualmente o auto monitoramento dos veículos próprios e/ou terceirizados, movidos a óleo diesel, nos termos da Portaria IBAMA 85/1996. Prazo: Durante a vigência da Licença”*. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado José Roberto. Destaque também no item da Polícia Ambiental. MAJOR ANDRÉ MÁRCIO (POLÍCIA AMBIENTAL): Verifiquei aqui no Parecer que entre os impactos ambientais, as medidas mitigadoras, listado aqui os efluentes líquidos, porém, não há uma Condicionante específica para esse auto monitoramento e é um problema. Existem denúncias, nós já tivemos intervenções lá em função deste descarte de resíduo líquido não tratado na rede do DMAE. Então, eu queria sugerir aí um auto monitoramento também dessa questão do descarte de resíduos líquidos. RODRIGO (SUPRAM): Com relação à questão do auto monitoramento a gente não coloca nesse caso porque ele tem contrato assinado com o PREMEND junto ao DMAE e a amostragem junto ao DMAE ela é mensal. É muito mais rigorosa do que a amostragem feita por nós. Então, a gente não acha necessário fazer duplamente essa cobrança. A gente entende que essa cobrança feita pelo DMAE satisfaz. Quanto à questão de lançamentos o empreendedor e o consultor dele estão aqui, ele pode estar fazendo algum esclarecimento. Quanto a isso a gente não tem essa resposta para te dar com relação a essa questão. O empreendedor está presente. RICARDO (PRESIDENTE): Vou abrir a palavra ao representante do empreendedor. REPRESENTANTE DO EMPREENDEDOR: Bom dia, com relação a lançamentos líquidos, foi constatado que o DMAE, lá foram fechadas 02 ruas e lá embaixo já foi constatado que o DMAE estava lançando efluentes pluviais no esgoto e a boca de lobo entupiu, consequentemente supitou-se e fizeram denúncias que eram da empresa, por se tratar de menos de um quarteirão da empresa. O DMAE, inclusive nós entramos com uma ação contra o DMAE, mostrando que o entroncamento de lançamentos pluviais no esgoto. Então, isso já foi constatado e todas as vezes, isso aconteceu duas vezes, e o DMAE chancelou que eles realmente estavam errados. Então, só para deixar claro que nunca houve e nunca haverá, porque não tem como, porque a empresa não tem como fazer isso, pelo sistema de tratamento. Está ok? MAJOR ANDRÉ MÁRCIO (POLÍCIA AMBIENTAL): Bom, por mim está esclarecido. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado então pelos esclarecimentos. Destaque ainda nesse item da PGJ. CARLOS VALERA (PGJ): Empreendimento Classe 6, então, nós queremos fazer a proposição da inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a



redação da SUPRAM TMAP. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Então, com os esclarecimentos feitos, com o pedido da inclusão proposta pela SUPRAM, vamos colocar em votação o item 8.3, os que concordam com o Parecer da SUPRAM, com a inclusão da Condicionante proposta, permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos colocar em votação então, no mesmo sistema, a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, proposta pelo Dr. Carlos, os que concordam permaneçam como estão ou se manifestem ouse abstenham. FERNANDO RUAS (ABES): Em algum outro momento, porque essa licença aqui já é a número 06, houve o pagamento dessa Condicionante do SNUC? RODRIGO (SUPRAM): Não. FERNANDO RUAS (ABES): Ok. Muito obrigado. ELAINE (FAEMG): Sou contra, pela ausência de estudo ambiental e enquadramento legal. THIAGO (FIEMG): Eu vou acompanhar o voto da Conselheira da FAEMG. MÁRCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas mesmas razões do voto anterior, contra. DORA DRUMMOND (CBPH PN3): Voto contra, pelos mesmos motivos apresentados anteriormente. GILBERTO (SEAPA): Também pelos mesmos motivos apresentados, voto contra. FERNANDO RUAS (ABES): Contra. RICARDO (PRESIDENTE): Com o registro dos votos contra, a maioria está pela aprovação da Condicionante do SNUC, devendo, portanto, ser incluída a Condicionante do SNUC, proposta pela Procuradoria da Justiça. Item 9.1 Mildor Alves Administração, Comércio e Transportes Ltda, tem um destaque nesse item da SUPRAM. RODRIGO (SUPRAM): Só fazer uma correção na Condicionante número 01, que o prazo de validade está julho de 2016, então a gente vai colocar Outubro de 2016. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Com a correção identificada aqui pela SUPRAM, vamos colocar em votação o item 9.1. Os que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. **10. Encerramento:** Com isso a gente encerra a reunião de hoje. Agradecer a todos pela atenção e colaboração. Tenham um bom dia. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 12 de agosto de 2016.

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)